

SOBRE A AUTONOMIA RELATIVA DA SINTAXE NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA PORTA PARA A INTERPRETAÇÃO?

Patrícia de Brito ROCHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (PPGEL)
mspatriciabrocha@gmail.com

Resumo: O presente texto tem como foco um olhar diferenciado para sintaxe, em outros termos, olhar a sintaxe do ponto de vista discursivo e não do estritamente linguístico, quer seja ele da Gramática Normativa, quer da Gramática Gerativa, por exemplo. Esse olhar inovador torna-se relevante porque ele pode trazer contribuições para o entendimento do processo de interpretação no ensino de Língua Portuguesa, em vista do fato de que a sintaxe é, ainda hoje, muitas vezes, trabalhada de forma estanque, dissociada dos processos de leitura e de produção de textos.

Palavras-chave: Sintaxe; processo discursivo; ensino de Língua Portuguesa.

1.0 Considerações introdutórias

Em meados da década de 60 do século passado, a Análise de discurso (abreviadamente AD) surge no cenário da intelectualidade francesa como reação a duas correntes que haviam se firmado no campo dos estudos da linguagem, a saber: o Estruturalismo e a Gramática Gerativa Transformacional – ambas, mesmo que cada uma em sua abordagem, concebem a sintaxe como autônoma. Além dessas duas tendências, a AD faz franca oposição a certas áreas das Ciências Humanas cujo enfoque volta(va)-se para a análise de conteúdos, sendo, pois, tal análise responsável por conferir à língua transparência; fazendo, em consequência disso, com que as interpretações pautassem-se por essa perspectiva.

Embora, primordialmente, AD de filiação peuchextiana, em sua terceira fase, preocupe-se com as questões inerentes ao processo de interpretação das materialidades discursivas bem como os processos discursivos que a constituem, traz, em algumas de suas discussões, a (im)possível relação entre sintaxe e discurso, visto todo o deslocamento teórico e metodológico empreendido por essa teoria quando de seu estabelecimento, promovendo, dessa feita, exclusões, inclusões e re-interpretações de certos conceitos e métodos.

Sob a perspectiva discursiva, então, a sintaxe passa a ser apresentada como dotada de autonomia relativa, pois o deslocamento promovido pela AD é de que a sintaxe sai do campo estritamente linguístico, em que é compreendida como da ordem da estabilidade e da transparência, para o campo discursivo, lugar em que passa a ser tomada como produtora de efeitos de sentido, já que não está em uma mera relação com uma estrutura fechada e estabilizada, e, sim, em relação a uma estrutura não fechada e que assume uma relação intrínseca com a uma exterioridade que lhe constitui.

No que tange ao ensino de Língua Portuguesa, é consenso que esse se pauta, em suas práticas pedagógicas, pela abordagem da sintaxe e da interpretação como algo fechado, que não comporta o “furo” ou o “impossível”, além de, muitas vezes, não “ver” e ou promover a inter-relação entre elas. Contudo, a AD, ao problematizar uma nova abordagem sobre a

sintaxe e conferir a ela o *status* de “observatório do discurso”, dá margem para que o ensino de Língua Portuguesa possa integrar essas novas concepções ao processo de leitura, levando o aluno a (re)conhecer que a materialidade linguística juntamente com a materialidade histórica fazem emergir efeitos de sentidos, e não *O* sentido.

Em vista disso, este trabalho apresenta-se inserido em uma perspectiva teórico-analítica, que buscará, em um primeiro momento, promover uma discussão teórica acerca dos conceitos de língua e discurso, bem como da perspectiva linguística e discursiva impressa ao estudo dos fatos de linguagem que envolve a sintaxe; em um segundo momento, enfatizar-se-á a sintaxe, tentando compreendê-la sob a óptica tradicional (basicamente da Gramática Normativa) e discursiva (filiada à AD francesa pecheutiana), verificando o movimento empreendido da segunda em relação à primeira; posteriormente, o foco será compreender brevemente o funcionamento da sintaxe nos processos discursivos; e, só então, mostrar como esse novo olhar para a sintaxe pode dar vistas à interpretação. Como exemplo disso, propõe-se um estudo linguístico-discursivo de certos elementos de uma peça publicitária.

2.0 Língua e discurso

É inegável que não há como fazer um estudo linguístico prescindindo um conceito de língua. Contudo, quando esse estudo é de ordem discursiva, uma outra necessidade se faz eminente: apresentar o conceito de discurso. É nesse sentido, que a discussão dessa seção faz-se necessária.

2.1 Sobre a noção de língua: de Saussure à Pêcheux

No início do século XX, quando da publicação do Curso de Linguística Geral (doravante CLG), a Linguística Moderna é inaugurada. Esse marco inaugural ocorre, visto que a publicação dessa obra traz em seu bojo as delimitações e os aspectos que devem nortear o fazer científico linguístico, somando-se a isso uma metodologia e um objeto teórico: a língua. Para muitos estudiosos, o aspecto de maior relevância dessa obra é o estabelecimento da língua como objeto de estudo da ciência da linguagem. Nessa perspectiva, para Saussure (2004), a Linguística seria constituída por todas as manifestações da linguagem humana, contudo lança mão de uma diferenciação importante dentro da própria linguagem, já que, para ele, ela é composta por duas partes, a saber: a língua (*langue*) e a fala (*parole*), não sendo, pois, possível construir uma teoria da linguagem seguindo os dois caminhos.

A diferenciação saussuriana entre *langue* e *parole* promovida pelo genebriano pode ser, assim, compreendida: a *langue* faz referência à língua que é social e independe do indivíduo; ao passo que a *parole* faz referência à parte individual da linguagem, podendo, em parte, ser compreendida como ato individual de escolha de palavras, visando à enunciação, por exemplo. Em vista dessa diferenciação e da impossibilidade de se fazer uma ciência que adote os dois objetos, Saussure elege a *langue* como seu objeto de estudo. É a partir desse ponto, por exemplo, que apresenta uma diferenciação em relação aos aspectos evolutivos e históricos da língua, denominados por ele como estudos diacrônicos, e aos estados da língua, da relação entre os elementos simultâneos, denominados estudos sincrônicos. Em vista disso,

a Linguística Moderna deve pautar-se pelos estudos sincrônicos e não mais diacrônicos como na Linguística Histórica, predecessora da Linguística Moderna¹.

Para o quadro teórico estruturalista, então, a língua

[...] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2004, p. 17)

No excerto supracitado, a confusão a que Saussure faz referência advém de um momento anterior ao das suas proposições, mas ainda hoje, no senso comum, ela também se apresenta. Nesses contextos, língua e linguagem, muitas vezes, eram/são tomadas como sinônimas. Para ele, entretanto, língua e linguagem são distintas, sendo que a última em seu todo se caracteriza por ser multiforme e heteróclita (já que comporta a fala), por isso não passível de constituir o objeto de uma ciência. A partir daí, a primeira seria, dentro desse todo, um lugar de homogeneidade, já que a língua “(...) assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos, onde [sic], de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica(...)” (Saussure, 2004, p. 23).

É de natureza incostestável a importância da forma proposta por Saussure para pensar a língua, visto ter sido esse olhar que permitiu conceder à Linguística o *status* de ciência². É imperativo dizer que, a partir de então, vários outros recortes teóricos foram se estabelecendo no campo, sendo um deles o proposto na constituição da AD.

Pêcheux (1971), mesmo sendo crítico à noção de língua saussuriana, reconhece que o estabelecimento do objeto de estudo da Linguística, empreendido por Saussure, é a espinha dorsal para qualquer disciplina que queira pleitear o estatuto de ciência. Dessa forma, seria inevitável para a Linguística, mais cedo ou mais tarde, eleger o seu objeto de estudo. Em outra de suas obras, Pêcheux (1984), preocupa-se em tratar da especificidade das pesquisas em Análise de discurso. Nesse sentido, afirma, categoricamente, que considera que elas estão inscritas nas pesquisas linguísticas desenvolvida no CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), *uma vez que a AD assume a sua especificidade na relação com a língua*. Nas palavras de Gadet (1981), a língua é concebida como um espaço de jogo, entendendo jogo como um mecanismo que permite articular o sistema da língua.

Em vista das reflexões empreendidas anteriormente, a língua que a AD assume, a partir da sua posição epistemológica, não a supõe como um “[...] puro sistema (o programa de um órgão mental!), mas como um real específico, que forma espaço contraditório do desdobramento das discursividades.”³ (PÊCHEUX, 1984a, p. 101). É nesse desdobramento que a regularidade permitir-se-á ser afetada pela falha, pelo equívoco, pelo impossível, distanciando-se da homogeneidade apregoada por Saussure. Assim, os funcionamentos discursivos não estão circunscritos aos limites ou às fronteiras da frase, já que,

¹ Saussure mostra com seu trabalho que a Linguística Diacrônica precisa adotar uma perspectiva sincrônica, visto que os estudos diacrônicos priorizavam porções de língua, pois não a consideravam como um sistema.

² “[...] Milner (...) resume o caráter de cientificidade da linguística estrutural em duas afirmações(...): a) a cientificidade da linguística depende da definição da língua como um sistema de signos cuja organização é o valor que eles têm no conjunto no qual fazem parte; b) todas as operações científicas de tratamento da linguagem devem ser deduzidas desse princípio e somente elas podem integrar a ciência.” (FLORES, 1999, p. 33)

³ Nessa passagem percebe-se uma clara interlocução com Saussure, quando da referência à *sistema*, e com Chomsky, quando da referência à *órgão mental*.

paulatinamente, o interesse recai sobre a sequência discursiva, buscando reconhecer nos fenômenos interfrásticos as marcas linguísticas da enunciação que permitem trabalhar a questão da interpretação.

Nesse novo cenário, pode-se observar que uma leitura que se coloca é a clássica oposição língua (interno) e fala (externo); em consequência dessa oposição, a primeira seria acessível à observação, enquanto que a segunda seria objeto de reflexão linguística. Disso decorre a oposição entre *social* e *histórico*, em que a língua em nada se filiaria à historicidade e à subjetividade, ao passo que a fala em nada se aproximaria do social. O movimento empreendido pela AD em relação a certa Linguística muito deve à oposição *langue* e *parole* (im)posta por determinada vertente pela teoria linguística, visto que toma, no interstício das duas, o discurso como objeto de estudo⁴. Assim, a AD, ao propor um novo quadro teórico para o entendimento da linguagem, tenta desfazer essas dicotomizações, produzidas a partir de uma leitura do legado saussuriano, em vista de social e histórico constituírem uma mesma realidade: o discurso.

2.2 Sobre a noção de discurso

O tratamento à noção de discurso dá-se aqui em decorrência da discussão teórica empreendida na seção anterior, visto a Linguística eleger como objeto de estudo a língua e a AD se inscrever como um campo de estudo linguístico. Nesse âmbito, surge o seguinte questionamento: se a AD, embora se inscreva como um estudo linguístico (de caráter interdisciplinar), tem um conceito diferente de língua daquele proposto por Saussure, como ela trabalha com isso?

Para responder ao questionamento proposto, tem-se que se recorrer a alguns pontos. O primeiro deles refere-se ao fato de que o discurso poder ser situado em “[...] um lugar particular entre língua (geral) e fala (individual), ele pode ser visto como um modo de existência social da linguagem, aquele em que contam as condições de sua realização.” (Orlandi, 1978, p. 33). A noção de discurso, então, causa uma ruptura em relação ao corte saussuriano, operando, assim, um sensível deslocamento em vista da oposição estabelecida pela Linguística Moderna (*língua* × *fala*). Tal deslocamento deve-se à AD assumir um ponto de vista diferente sobre a linguagem (cf. citação), já que não dicotomiza externo e interno, geral e individual, já que para ela esses elementos são constitutivos, nem elege a língua – sistema fechado que se explica por si mesmo – como objeto de estudo, mas, sim, o discurso. E, por que o discurso? Em resposta a essa questão, cita-se:

É justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux faz intervir o discurso e tentou elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este. Nesta perspectiva de romper com a concepção instrumental de

⁴ Esse apontamento em muito se deve à passagem: “Pêcheux se colocou entre o que podemos chamar de “sujeito de linguagem” e “sujeito de ideologia”. Isso teve um peso sobre toda sua obra e não apenas naquilo que se pode encontrar e *Análise Automática do Discurso*. Em um de seus livros posteriores, *Les vérités de La Palice*, ele trata, precisamente, de discernir mais claramente as relações entre esses dois sujeitos, (...) e coloca o discurso entre a linguagem (vista a partir da linguística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia.” (Henry, 2010, p. 36), sendo que a ideologia tem evidente filiação com a fala.

linguagem, Pêcheux seguiu uma orientação que teve uma importância considerável na França. (Henry, 2010, p. 26)

Assim, o discurso, conforme Orlandi (1978), constitui-se mais como efeito de sentido e menos como transmissão de informação. Decorre disso que “[...] o conceito de efeito de sentido implica que haja um deslocamento em relação aos limites do discurso: um discurso não começa em si mesmo, mas está sempre apoiado em outros discursos.”(ORLANDI, 1978, p.33)

O discurso é concebido do ponto de vista do funcionamento, mais especificamente, do funcionamento social geral. Nessa medida, há três fatores a serem considerados: a relação de forças, a relação de sentido e a antecipação.

Pela *relação de forças*, podemos afirmar que *há uma relação necessária entre um discurso de o mecanismo social extralinguístico*: quando se diz algo, sempre se o diz de um lugar na sociedade. [...]

Pela *relação de sentido* institui que *todo discurso reenvia a outro*, Dai *não falarmos em discurso mas sim em um estado de processo discursivo*⁵, uma vez que, de direito, o discurso não tem início, porque sempre se instala sobre outros anteriores[...]

A *antecipação* constitui o que podemos chamar estratégia do discurso. Isto é, todo o processo discursivo supõe, da parte do locutor, a *capacidade de prever, de situar-se no lugar de seu ouvinte, a partir de seu lugar próprio lugar de locutor*. (Ibid, p.33 - grifo nosso)

Em vista do funcionamento do discurso, a AD concebe a língua como um sistema com autonomia relativa e seria uma das bases fundantes dos processos discursivos⁶(responsável pelo estabelecimento das *relações de sentido*). A língua, enquanto base, é o lugar material em que ocorrerá a produção dos efeitos de sentido (processos discursivos)⁷.

3.0 O linguístico e o discursivo

A discussão ora (pro) posta advém da necessidade de se considerar que a inter-relação entre língua e discurso não se sobrepõe a uma mera polarização, o que aponta que os limites de cada elemento em relação ao outro são tênues e complexos. Não é de se esperar, porém,

⁵ A seção 5 ocupar-se-á de explicar aspectos acerca dos processos discursivos.

⁶ Em Análise do discurso: três épocas (1983) , a posição teórica de Pêcheux sobre o papel da língua é explicitada: “ Uma língua natural (no sentido linguístico da expressão) constitui a base invariante sobre a qual se desdobra uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos.” (PÊCHEUX, 1983, p. 307)

⁷“As mais variadas espécies de material linguístico concorrem para a criação dos efeitos de sentido. Dessa forma, as marcas podem se constituir por construções sintáticas, elementos lexicais, morfológicos, fonológicos, não se restringindo a uma única espécie de material.” (LAGAZZI, 1988, p. 61)

que seja diferente na relação entre o linguístico e o discursivo, uma vez que essa discussão é trazida à tona em vista dos contornos epistemológicos empreendidos pela AD.

Parece lógico afirmar que o linguístico estaria para a Linguística e para a língua, assim como o discursivo estaria para a AD e para o discurso, ou, então, que o primeiro estaria para o campo das sistematicidades e o segundo para o campo do não sistemático. Contudo, seria reducionista se assim concebesse esses dois conceitos, porque a relação da AD com a Linguística dá-se, estreitamente, mesmo que de forma conflituosa, pela língua. Dessa forma, tem-se que considerar que a língua (e não só a da Linguística) está constitutivamente presente tanto no que é de natureza linguística quanto no que é de natureza discursiva.

O adjetivo *discursivo* na discussão ora (pro) posta advém de discurso, enquanto objeto de estudo da AD. Dessa feita, baseando-se em Indurky (1992), o discurso manifesta-se materialmente nos textos que são escritos em uma dada língua natural. Assim, seria ele constituído por uma materialidade linguística e por uma materialidade discursiva, em que se manifestam, respectivamente, a instância do discursivo e a instância do linguístico. Entender o discursivo enquanto instância significa tomá-lo como o lugar de produção de sentidos, sendo que as sequências discursivas vão ser analisadas como elementos desse processo. Em vista disso, o discursivo é fruto da língua, mas não, necessariamente, da língua saussuriana, cujo nível frástico é suficiente para a análise, mas, sim, da língua cujos princípios de “falha” e “equivoco” fazem-se presentes.

Há de se considerar, portanto, nas palavras de Ferreira (1994), duas espécies de linguístico: o do discurso e o da Linguística. Compreende-se⁸ que o segundo abarcaria a preocupação que compõe os domínios fonológico, morfológico e sintático, lugar em que a língua é absolutamente autônoma; e o primeiro se caracterizaria por ser marcado pela existência de “(...) une séquence réelle unique et non répétable.”⁹ (MARANDIN, 1979, p.18) e onde a língua apresenta uma autonomia relativa. Dessa diferenciação, “Or, il semble toutaussi intuitivement évident que la description d'une langue et la description d'un discours sont deux opérations radicalement différentes(...)”(op. cit.)¹⁰, daí a necessidade de se diferenciar o linguístico do discurso do discurso da linguística.

4.0 A sintaxe: do linguístico ao discursivo – um traçado movediço

A sintaxe, sob a perspectiva de Marandin (1979), tomada sob o viés discursivo, constitui um observatório dos discursos. Isso só pode ser compreendido a partir de dois pontos, distintos, embora entrelaçados. O primeiro ponto diz respeito ao deslocamento da sintaxe - que não deve ser vista apenas no âmbito meramente linguístico, já que, nele, assume-se como da ordem da transparência - para o campo discursivo. Nesse campo, será compreendida como produtora de efeitos de sentido. Decorre disso que uma dada construção sintática, veiculada em lugares e/ou épocas diferentes, possa ser compreendida diferentemente. Nesse medida, ao promover o deslizamento do que é meramente linguístico

⁸ A autora apresenta a divisão entre o linguístico do discurso e o linguístico da Linguística, mas não a explora com profundidade.

⁹ Uma sequência real, única e não-repetível (Tradução nossa)

¹⁰ Parece evidente que a descrição de uma língua e a descrição de um discurso são duas operações radicalmente diferentes. (Tradução nossa)

para o discursivo, a sintaxe passa a funcionar como porta de entrada para a compreensão dos processos discursivos. Isso posto, um ponto deve ser considerado: a sintaxe é admitida como o dispositivo responsável por fazer aparecer o *processo* de produção de sentido e não mais o *produto*, dado no lugar do posto, da transparência do sentido. Em razão disso,

Literalmente, o dispositivo *faz ver* esse processo. Em outras palavras, a sintaxe é uma ferramenta essencial que entra na construção de um observatório dos discursos. Esse ponto é central e é o traço distintivo da AD:
- podem-se observar os discursos, ou seja, o processo de produção do sentido discursivo das unidades segmentáveis nas sequências discursivas;
- o que permite esta observação é uma análise e uma manipulação sintática dos enunciados. (MARANDIN, 1979, p. 123)

Sob essa perspectiva, a análise discursiva que tenha como ponto de partida a sintaxe deve permitir a análise das unidades segmentáveis nas sequências discursivas, o que é permitido pela manipulação sintática dos enunciados. Contudo, uma dificuldade aí reside: o fato de essa análise não se voltar ao meramente linguístico. Então, como fazer com o que isso não ocorra? Um dos caminhos que possibilita uma análise discursiva é o fato de a sintaxe ser tomada como *mediadora* dos processos discursivos e não como a fonte em si dos mesmos, já que a *língua* (sistema dotado de autonomia relativa) seria a base (Linguística), ou seja, o pré-requisito indispensável, comum a qualquer *processo* discursivo (e ideológico).

5.0 O lugar da sintaxe no processo discursivo

A AD, ao preocupar-se com o processo discursivo (em razão de todo discurso re-enviar a outro), quer colocar em evidência os traços que o constituem. A questão crucial que se pretende tratar faz referência ao papel do processo discursivo na teoria do discurso, dando primazia à relação entre esse processo e as bases que dão a ele sustentação (especificamente, a via da sintaxe).

A compreensão do processo discursivo, de acordo com Orlandi (1978), envolve, de um lado, as condições de produção do discurso e, de outro, o processo de produção do discurso. Entretanto, o que são condições de produção? E processo de produção? Nomeia-se condição de produção do discurso às circunstâncias em que se realizam um discurso, estando aí envolvidos os protagonistas do discurso e o seu objeto. Já por processo de produção do discurso, compreende-se o conjunto de mecanismos formais que permitem a sua produção, de modo específico a sintaxe.

Nessa via, Pêcheux e Fuchs (2010) postulam a normalidade da existência, em um dispositivo de análise discursivo, de uma fase de análise linguística (cujo estatuto é problemático), já que o *corpus* é constituído de textos¹¹ que estão em uma determinada “língua natural”. Apesar dessa primeira afirmação, lançam um questionamento acerca da relação entre língua e processo discursivo na teoria do discurso. Apontam, em resposta a esse

¹¹ O conceito dentro da teoria do discurso merece maior explanação, contudo esse não é o foco desse trabalho.

questionamento, que esses processos estão na fonte da produção dos efeitos de sentido e a língua, por sua vez, constitui o lugar material da realização desses efeitos de sentido.

A análise desse lugar material, contudo, não se constituiria apenas em caracterizar e manipular o léxico e o sistema de regras através de uma intervenção semântica, já que essa estratégia é a prática vigente em uma teoria subjetivista de leitura. O avanço de uma análise linguística de caráter discursivo deve “[...] incluir no próprio funcionamento da língua os processos discursivos historicamente determinados que não podem ser colocados como coextensivos à língua, salvo se identificar-se ideologia e língua.” (Pêcheux e Fuchs, 2010, pp. 171-172).

Ainda sob a ótica desses dois autores, no processo discursivo, como a noção de língua não é a defendida pela Linguística, dois aspectos sofrem deslocamentos: o primeiro deles refere-se à concepção de léxico e o segundo à concepção de sintaxe. O léxico, diante de uma nova noção de língua, não mais pode ser visto como “estoque de unidades lexicais” ou ainda como uma lista de morfemas sem nenhuma ligação com sintaxe, mas como um conjunto de elementos estruturados e articulados sobre a sintaxe. A sintaxe não mais é concebida como um conjunto de regras de ordem formal, mas como o modo de organização dos traços das referências enunciativas, assumindo, assim, uma significação.

Sob essas configurações, a AD tem como foco o tratamento do discursivo e não do linguístico – embora como dito anteriormente seja, por vezes imprescindível analisá-lo, pois só o discursivo pode ser compreendido como um processo social cuja particularidade está fundada no tipo de materialidade linguística de sua base. É necessário, entretanto, fazer a distinção de três expressões muito comuns na teoria do discurso: superfície linguística, objeto discursivo e processo discursivo.

Primeiramente, a superfície linguística é entendida como uma sequência de extensão variável – oral ou escrita - superior à frase. Essa superfície refletir-se-ia na concretude de um discurso, no sentido de objeto empírico, afetado pelos esquecimentos 1 e 2¹². O objeto discursivo, em segundo lugar, é fruto da transformação da superfície linguística de um discurso concreto em um objeto teórico passível de ser dessuperficializado, ou seja, analisável linguisticamente de forma a anular o esquecimento número 2. Por fim, o processo discursivo é o resultado da inter-relação de superfície linguística, derivada de condições de produção estáveis e homogêneas, e objeto discursivo, sendo que o acesso ao processo discursivo só se faz possível pela dessintagmatização que incide sobre o esquecimento no 1¹³.

Em outras palavras, a noção de processo discursivo designa, nas palavras de Pêcheux (1975), o sistema de relações – de substituição, de paráfrase, de sinonímia - que funcionam entre os elementos linguísticos em uma formação discursiva dada, onde estão em jogo as posições ideológicas que fazem parte do processo sócio-histórico de construção dos discursos.

¹² O sujeito, na produção de um discurso, cria uma realidade discursiva ilusória, por um lado, pelo esquecimento no. 1, pois esse contempla a existência de um sujeito que acredita ser origem do que diz, reconhecendo-se com fonte exclusiva do sentido e do discurso. Em outras palavras, o apagamento inconsciente confere ao sujeito a ilusão de que ele é criador de seu dizer. Por outro lado, o esquecimento no. 2 se refere à ilusão de transparência da linguagem, ou seja, da sensação de que o que se diz é compreendido. Para muitos, esse postulado volta-se para a ordem do pré-consciente e/ou consciente na medida em que o sujeito retoma o que diz para explicar-se.

¹³ A dessintagmatização linguística (ou dessuperficialização) e a dessintagmatização discursiva só são possíveis pela diferenciação que se faz entre linguístico e discursivo. A dessuperficialização só é possível devido à estrutura não linear dos mecanismos sintáticos juntamente com o esquecimento no. 2. Já a dessintagmatização discursiva só se faz possível pelo apoio na dessuperficialização e no esquecimento no. 1.

6.0 O ensino de Língua Portuguesa e o estudo da sintaxe: um breve apanhado

O ensino de Língua Portuguesa, a pouco mais de 15 anos, é norteado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN's). Esse documento, em linhas gerais, preconiza que as aulas de Língua Portuguesa devam voltar-se para i) a prática de leitura (de textos orais e escritos), ii) a prática da produção textual (tanto de textos orais quanto de textos escritos) e iii) a análise e a reflexão linguística, todas elas pautadas pela perspectiva do texto, já que “Cabe, portanto, à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los.” (PCN's, 1997, p. 26). Nessa discussão, é, em alguns momentos, contemplada a noção de discurso, principalmente quando se levanta a questão da produção e da compreensão dos discursos. No bojo dessa discussão, considera-se que “O discurso, quando produzido, manifesta-se linguisticamente por meio de textos. Assim, pode-se afirmar que texto é o produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo e acabado, qualquer que seja sua extensão.” (Ibid., p. 18). Dessa feita, o texto seria a materialização do discurso, sendo considerado um todo fechado¹⁴.

Contudo, o questionamento que se faz é: em qual desses três eixos estaria a sintaxe? Mapeando o documento, o termo *sintaxe* aparece uma única vez, a saber, na seguinte passagem: “Isso não significa que não é para ensinar fonética, morfologia ou **sintaxe**, mas que elas devem ser oferecidas à medida que se tornarem necessárias para a reflexão sobre a língua.” (Ibid., p. 60 – grifo nosso). Nesse sentido, o seu estudo estaria inserido na análise linguística, com vistas à reflexão sobre os fatos de linguagem. Interessante é, pois, notar que esses processos analíticos são classificados como epilinguísticos e metalinguísticos.

Conforme propõem os Parâmetros, ambas as análises voltam-se para a reflexão sobre a língua, contudo diferenciam-se em suas finalidades. Denomina-se análise epilinguística o processo de reflexão sobre o uso da língua, em outros termos, sobre aquilo que ocorre no seio da própria atividade linguística no momento de sua realização¹⁵. Por sua vez, denomina-se atividade metalinguística o processo reflexivo que está voltado para a descrição, com foco na categorização e sistematização dos elementos linguísticos¹⁶. No que propõe o documento, a primeira forma de análise estaria voltada para o processo discursivo, enquanto que a segunda não. Em vista disso, pode-se perceber que há uma centelha que aponta para a necessidade de considerar a língua, principalmente a análise sobre ela, do ponto de vista do processo discursivo. Contudo, durante todo o documento essa referência direta a tais processos é reduzida, além de não haver qualquer problematização acerca dos mesmos.

¹⁴ Não é objetivo desse trabalho discutir a noção de texto, mas faz-se necessário dizer que a AD não considera o texto como algo fechado, por assim dizer, pronto e acabado.

¹⁵ Um exemplo disso é quando, no meio de uma conversa um dos interlocutores pergunta ao outro “O que você quis dizer com isso?”, ou “Acho que essa palavra não é a mais adequada para dizer isso. Que tal...?”, ou ainda “Na falta de uma palavra melhor, então vai essa mesma”. (PCN's, 1997, p. 25)

¹⁶ “Assim, para que se possa discutir a acentuação gráfica, por exemplo, é necessário que alguns aspectos da língua — tais como a tonicidade, a forma pela qual é marcada nas palavras impressas, a classificação das palavras quanto a esse aspecto e ao número de sílabas, a conceituação de ditongo e hiato, entre outros — sejam sistematizados na forma de uma metalinguagem específica que favoreça o levantamento de regularidades e a elaboração de regras de acentuação.” (PCN's, 1997, pp. 30-31)

7.0 O ensino de Língua Portuguesa e o estudo da sintaxe: uma proposta de análise

A proposta desse estudo é trazer à tona que a sintaxe, do ponto de vista discursivo, é dotada de uma autonomia relativa, ou seja, não se constitui como um sistema fechado de regras e, diante disso, possibilita a emergência de efeitos de sentido quando do processo de interpretação de discurso(s). Ao partir dessa hipótese, intenta-se (de)mo(n)strar que o processo que envolve a interpretação, a princípio, de textos escritos é possibilitado sobremaneira, conforme propõe os PCN's, pela reflexão e pela análise do funcionamento dos elementos linguísticos que o constituem, dessa forma, contemplando, via vertente discursiva, o processo de produção do discurso (cf. 5.0). Assim, levar a termo um ensino de sintaxe que se paute apenas pelo foco na estrutura já é considerado algo ultrapassado e que não contempla a compreensão.

Na direção de uma via alternativa, ou seja, de se considerar a sintaxe sob o viés discursivo, na medida em que ela mobiliza relações, elegeu-se a propaganda abaixo para levantar alguns aspectos dessa ordem, considerando-se que há como ver a sintaxe não meramente como um conjunto de regras. Assim, toma-se, logo a seguir, a propaganda da cerveja Skol:

The image consists of two side-by-side black and white photographs of a woman's torso in a black bikini. The left image shows her with a flat stomach. Text on her chest reads: "Se o cara que inventou o sutiã bebesse Skol, ele não seria assim." Below this image is a box containing the same text, and below that is another box with the text "Se beber, não dirija." The right image shows her with a rounder stomach. Text on her chest reads: "Seria assim." Below this image is a box containing the same text, and below that is another box with the text "Com Skol, tudo fica redondo." A bottle of Skol beer is visible in the bottom right of the right image. Arrows point from the text in the images to the boxes below.

A propaganda em questão traz uma série de pontos que permitem olhar os elementos que a constituem tomando a sintaxe como aquela que mobiliza relações - e não só relações internas, isto é, dentro da sequência discursiva e/ou do discurso em que aparecem - mas, sim e principalmente, em relação a elementos da exterioridade constitutiva de todo e qualquer discurso.

Foi feita nas seções 4.0 e 5.0 toda uma discussão acerca da questão linguística e discursiva, nessa perspectiva, como critério analítico da parte verbal da propaganda, adota-se verificar as possibilidades inerentes aos aspectos puramente linguísticos em um primeiro momento, para só então partir para a perspectiva linguístico-discursiva (cf. seção 3.0)¹⁷. Essa divisão justifica-se pelo fato de que, em linhas gerais, o que é feito em âmbito linguístico é o que, tradicionalmente, a escola faz, ao passo que o que é empreendido pela via discursiva seria a possibilidade de movimento em relação à primeira e uma busca pelos efeitos de sentido que os discursos possibilitam ao funcionar nos textos. Dado isso, não se deixará de lado os aspectos relacionados às condições de produção do discurso.

Em termos de sequências linguísticas, unidade frástica¹⁸, tem-se na propaganda:

- a. Se o cara que inventou o sutiã bebesse Skol, ele não seria assim.
 - a1. Se bebesse skol
 - a2. que inventou o sutiã
 - a3. ele não seria assim
- b. Seria assim.
- c. Se beber, não dirija.
 - c.1 Se beber
 - c.2 não dirija
- d. Com Skol, tudo fica redondo.

Tomar-se-á como perspectiva analítica da sequência linguística a Gramática Normativa, tomada, na maioria dos casos, como referência no contexto escolar. Dessa feita, a sequência (a), enquanto um período composto, pode ser segmentada em três unidades menores (a1, a2 e a3). Dessa forma, a sequência (a) classifica-se como um período composto, já que apresenta três orações, além de esta composição dar-se por subordinação, ou seja, há duas orações que se subordinam a uma oração principal. Na compreensão da subordinação, ter-se-ia que: (a2) é subordinada de (a1), já que se encaixa nela, sendo, então, sua parte integrante, denominando-se oração subordinada adjetiva restritiva; (a1), ao seu turno, é subordinada a (a3), já que, embora não haja uma questão de mero encaixamento, subordina-se a ela em termos semânticos, já que lhe completa o sentido, sendo reconhecida como oração subordinada adverbial condicional. A sequência (b) é, do ponto de vista normativo, considerado uma oração, já que apresenta apenas um verbo.

Além dessas duas sequências, uma terceira se faz presente. Nela, a saber (c), tal como em (a), há um período composto também por subordinação. Esse, por sua vez, é segmentável em (b1) e (b2), sendo que esta seria a oração principal e aquela a oração principal. Em (d),

¹⁷ É importante diferenciar que há o linguístico da Linguística e o linguístico do discurso, já que quando se fala em perspectiva linguístico-discursiva, está-se pensando nisso.

¹⁸ Para efeitos analíticos da sequência linguística, toma-se aqui como unidade a frase.

conforme em (c), há um período simples, por isso, não segmentável em orações, mas passível de segmentação em unidades menores, a saber: sintagmas¹⁹

Diante de uma análise normativa, o que se considera é uma sequencialização pautada em um determinado critério, geralmente estrutural. Fica eminente que a preocupação central é avaliar a estrutura que compõe essas sentenças ou períodos bem como a sua classificação. Fica relegado a plano ou, sendo radical, ao esquecimento questões de ordem outra, como o *funcionamento das estruturas* em razão de um dizer.

Em uma perspectiva diametralmente oposta, a análise da(s) sequência(s) discursivas põe em discussão a entrada do linguístico (nesse caso, via sintaxe) na produção dos efeitos de sentido. Assim, ter-se-ia enquanto sequências linguístico-discursivas:

- e. Se o cara que inventou o sutiã bebesse Skol, ele não seria assim. Seria assim. Com Skol, tudo fica redondo.
- f. Se beber, não dirija.

Em razão da perspectiva linguístico-discursiva, considera-se haver em toda a propaganda apenas duas sequências: (e) e (f), o que já marca uma diferença em relação à primeira análise.

A sequência (e), do ponto de vista linguístico, é formada por três períodos, sendo dois deles simples e um composto. Interessante é, diante desse perspectiva, o funcionamento de cada um deles e como eles se articulam para formar essa sequência discursiva. Para tanto, propõe-se a seguinte dessintagmatização de (e):

- e1. Se o cara que inventou o sutiã bebesse Skol, ele não seria assim. Seria assim.
- e.2 Com Skol, tudo fica redondo.

Em (e1), discutir-se-á três funcionamentos linguísticos em vista do discursivo: a condicionalidade, a referência e a relativização. Diante disso, partir-se-á da condicionalidade que é um dos colaboradores de um dos efeitos de sentido que emergem com a propaganda: “a cerveja Skol possibilita a quem a consome (só a quem a consome) uma nova forma de ver e/ou construir o mundo”. Assim, a sequência linguístico-discursiva em questão coloca que “se o cara que inventou o sutiã bebesse Skol”, “ele não seria assim. Seria assim.”. No processo discursivo em tela, esse princípio lança mão de uma construção linguística negativa (“ele não seria assim”) - porque ‘o cara’ não bebe Skol - para projetar uma construção linguística afirmativa (“Seria assim”) - porque ‘o cara’ bebe Skol. Como esses dizeres vêm sob uma forma de tatuagem nas costas de uma mulher, que em razão do (não) consumo e, conseqüentemente, do formato do fecho do sutiã, vem duplicada, percebe-se outro fator que concorre para a construção da condicionalidade: a referência. Nesse caso, ela funciona de dois modos distintos: a partir da inter-relação dos próprios elementos linguísticos e da inter-relação de elementos linguísticos e imagéticos.

O primeiro caso trata-se, nos dizeres da Linguística Textual, de uma anáfora, ou seja, um elemento que retoma outro elemento (já dito). Sob esse olhar, na sequência e1. o pronome “ele” e sua elipse seriam interpretados como “o sutiã”. No segundo caso, o funcionamento não se dá entre elementos da própria materialidade linguística e, sim, entre ela e a materialidade simbólica (a imagem), já que a palavra “assim” refere-se, de modo específico, à

¹⁹ Faz-se menção à questão sintagmática, mas aqui o foco não recai sobre ela.

forma como se fecha o *sutiã*. Há então, uma transição: do tradicional para o inovador (garantido pelo consumo da cerveja).

Tanto a condicionalidade quanto a *anáfora* estão intrinsecamente ligadas a um outro funcionamento linguístico-discursivo: a construção relativa. Para tanto, a discussão recai sobre a sequência “Se o cara que inventou o *sutiã* bebesse Skol”, porque, nela, há a relativa “que inventou o *sutiã*”. Normativamente, essa relativa classifica-se como oração subordinada adjetiva restritiva visto não haver vírgulas entre ela e a oração que a contém. Do ponto de vista discursivo, questiona-se se a mera ausência ou presença desse sinal de pontuação é suficiente para classificá-la. Atentando-se para o funcionamento discursivo de tal relativa, pode-se tomá-la tanto como restritiva quanto como explicativa. Essa dupla possibilidade advém do termo que a antecede e, em razão disso, refere-se: ‘o cara’. Esse termo tem um significado muito próprio em nossa sociedade: “o cara” é entendido como aquela pessoa que se sobressai em alguma coisa, daí, vê-se um movimento interdiscursivo, pois não foi qualquer pessoa que inventou o *sutiã*, foi “o cara”. Nessa direção, considerar a relativa em questão como uma restritiva é considerar que existem “vários caras” e um deles é aquele que inventou o *sutiã*. Já considerá-la como explicativa é tomá-lo como um ser único, reforçando, assim, o emprego do artigo definido “o” antes do substantivo “cara”.

A sequência (e2) é uma conclusão acerca do que se veicula em e1, visto que diz “Com Skol, tudo fica redondo”, ou seja, sem Skol, a ‘redondabilidade’ não existiria. Essa sequência traz a memória discursiva de que à cerveja Skol está associada uma determinada propriedade da cerveja: ‘descer redondo’, em outros termos, a sua ingestão é diferente das outras.

Por fim, há a última sequência linguístico-discursiva: “Se beber, não dirija.”. Assemelhando-se a (e1), (f) constrói-se com base na condicionalidade. Contudo, a base linguística seria “Se X, não Y”, e não “Se X, não Y. Z.”. Essa construção linguística remete discursivamente a uma questão legal e ética: não dirigir embriagado, pois, quem o faz pode, além de receber certas coerções, causar danos a sua vida e à de terceiros. Um recurso imagético deve ser ressaltado: os dizeres em relação à veiculação do produto vêm grafados em preto, combinando, por exemplo, com a cor do *sutiã* e criando um jogo imagético de destaque com o corpo da mulher. Já a sequência f, vem grafada em branco, rarefacendo-se em relação ao corpo feminino, não ganhando, dessa forma, destaque.

8. Considerações (in)conclusivas

Pelo presente exposto, pode-se considerar que a sintaxe, enquanto dotada de uma autonomia relativa, permite que determinadas sequências discursivas possam ser segmentadas com vistas à análise de uma forma diferente que vertentes tradicionais do estudo da linguagem propõem. A partir disso, é possível trabalhar com a emergência de determinados efeitos sentido, não priorizando, na prática do ensino de Língua Portuguesa, por exemplo, aspectos meramente estruturais. De modo específico, a análise da peça publicitária faz perceber, dentre tantas outras possibilidades, que a reflexão sobre certos fatos de linguagem, além de promoverem tal reflexão, possibilita uma intrínseca relação com o processo interpretativo, fazendo ver não *O* sentido, mas possíveis sentidos.

Referências bibliográficas

FERREIRA, M.C.L. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco.** Tese (Doutor em Ciências) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 1994.

FLORES, V. **Linguística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 251p.

GADET, F. Matérialités discursives : la frontière absente. In: **Langage et société**, n°13, 1980. pp. 85-91.

_____. Tricher la langue. In: CONEIN, B. et al. **Matérialités discursives.** Lille: Presses universitaires Lille, 1981. pp. 95-103.

_____; MARANDIN, J.M. La linguistique comme contexte de l'analyse de discours ?. In: **Mots**, octobre 1984, N°9. pp. 19-24.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras Vozes; uma análise do discurso presidencial da 3ª República.** Tese (Doutor em Ciências) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 1992.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não.** Campinas, SP: Unicamp. 1988.

MARANDIN, J.M. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine. In: **Langages**, 12e année, n°55, 1979. pp. 17-88.

_____. Syntaxe, discours. Du point de vue de l'analyse du discours. In: **Histoire Épistémologie Langage.** Tome 15, fascicule 2, 1993. pp. 155-177.

ORLANDI, E. Protagonistas do/no discurso. In: **Série Estudos**, no. 04, 1978. pp. 30-41.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp. 59-158.

_____. (1971) Língua, “Linguagens”, Discurso. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux.** Campinas: Pontes Editores, 2011. pp.121-129.

_____.(1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. ORLANDI, E. P. (et.al). 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. 287p.

_____. (1981) Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011. pp.131-140.

_____; LÉON, J. (1982) Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011. pp.163-173.

_____. (1983) Análise de discursos: três épocas. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp. 307-315.

_____. (1984a) Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 99-103.

_____. (1984b) Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. In: PÊCHEUX, M. **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011. pp.283-294.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discursos: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HANK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. trad. MARIANI, B.S. (et. al.) 4ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp.159-250

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 26ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 279p.